

Acordo atual pode ser o último com FMI

O Brasil não negociará, no curto prazo, um novo empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A garantia foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele disse também que o governo trabalha para não sacar os recursos colocados à disposição do País por meio do acordo preventivo de US\$ 14,8 bilhões firmado em dezembro do ano passado. "Criamos um caminho suave de saída do FMI, não queremos sair abruptamente", ressaltou.

Ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifeste a intenção de não depender dos empréstimos do Fundo, a equipe econômica defende que o Brasil deve manter negociações relativas ao tratamento que o FMI dispensa aos

160 países filiados. A recente proposta apresentada pelo presidente Lula, que pede a flexibilização dos contratos de financiamento para fins de investimento em infra-estrutura, exemplifica um desses debates.

Segundo antecipou o ministro da Fazenda, o FMI manifesta a tendência em autorizar a retirada dos investimentos das estatais do cálculo do superávit primário. Essa proposta, no entanto, não atende aos objetivos do governo brasileiro. "Para alguns países é uma vantagem, mas para o Brasil é uma desvantagem. Isso piorará nosso quadro fiscal porque as empresas, estando dentro das contas públicas, contribuem favoravelmente na formação do superávit", analisou Palocci.

Dados do Banco Central indicam

que, dos R\$ 71,5 bilhões a serem economizados este ano com o cumprimento da meta de superávit primário de 4,25% do PIB, as empresas estatais devem contribuir com R\$ 11 bilhões. "Temos que ter certo cuidado porque o FMI não criará regras especiais para o Brasil ou para o Peru, criará regras gerais", comentou. Ao fazer o alerta de que o País não deve insistir na tese do expurgo das estatais do superávit, Palocci disse que a alternativa é "viabilizar investimentos sustentáveis que contribuam para o equilíbrio fiscal".

Palocci disse não ser possível reduzir a carga tributária, mas argumentou sobre a possibilidade de se alterar o modelo de alguns tributos, a exemplo da Cofins.

(L.O.)